

PEJEPÁ 2021 | 2026

Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DO PARÁ

Elaboração do PEJEPA 21-26 (2021):

MEMBROS:

Presidente

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Vice-presidente e Corregedor

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Membros efetivos

Juíza Carina Cátia Bastos de Senna

Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos

Juiz Edmar Silva Pereira

Juíz Diogo Seixas Condurú

Membros substitutos

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Juiz Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes

Juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira

Juiz Marcus Alan de Melo Gomes

Juíz Rafael Fecury Nogueira

Procurador Regional Eleitoral

Felipe de Moura Palha e Silva

Procurador Regional Eleitoral substituto

José Augusto Torres Potiguar

GESTORES:

Diretoria Geral

Felipe Houat de Brito

Secretaria de Administração

Hérika Carla da Costa Sodrê de Souza

Secretaria Judiciária

Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva

Coordenadoria da Corregedoria

Nathalie Christina de Oliveira Castro

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Edson da Cruz Costa

Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão

Sandro Gonçalves Borges

Secretaria de Gestão de Pessoas

Sabrina Bittencourt Guimarães Castro

Assessoria de Comunicação Institucional

Renata Claudia Martins Ferreira

Secretaria de Tecnologia da Informação

Alessandro dos Santos Cruz

Assessoria da Ouvidoria

Valéria Athayde Fontelles de Lima

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Miguel Chicre Bitar de Moraes

Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral
Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado

MEMBROS:

Presidente

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Vice-presidente e Corregedor

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Membros efetivos

Juiz José Airton de Aguiar Portela

Juiz Edmar Silva Pereira

Juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira

Juiz Rafael Fecury Nogueira

Membros substitutos

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Desembargadora Elzida Pastana Mutran

Juiz Marcus Alan de Melo Gomes

Jurista José Maria Rodrigues Alves Júnior

Procurador Regional Eleitoral

Alan Rogério Mansur Silva

Procurador Regional Eleitoral substituto

Bruno Araújo Soares Valente

GESTORES:

Diretoria Geral

Nathalie Christina de Oliveira Castro

Secretaria de Administração

Judiron Rodrigues de Carvalho

Secretaria Judiciária

Fernanda Moreira Sousa

Secretaria da Corregedoria

Bruno Giorgi Almeida e Silva

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Ricardo Serruya de Medeiros

Secretaria de Planejamento

Hérika Carla da Costa Sodré de Souza

Secretaria de Gestão de Pessoas

Walber Joaquim dos Remédios

Assessoria de Comunicação Institucional

Renata Claudia Martins Ferreira

Secretaria de Tecnologia da Informação

Felipe Houat de Brito

Assessoria da Ouvidoria

Rodrigo Augusto Nascimento Monteiro Valdez

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Claudia Mylene Pinheiro Ribeiro

Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral

Valena Laredo Mendonça Wanzeler

SERVIDORAS E SERVIDORES

Aldacélia Lima	Ingrid Brito
Alessandro Cruz	João de Melo Jr
Alexandre Santos	José Magno Sousa
Ana Kárita de Matos	Judiron Carvalho
Anderson Araujo	Kariny Fidelix
Ângela Figueiredo	Karla Michelle Costa
Antônio Burgos Neto	Kelly Ferreira
Antônio Edivaldo Gaspar	Leonardo Rêgo
Aristheu Leal	Lorena Carla Pereira
Bianca Pantoja	Lorena Pontes
Breno Barata	Luiz Carlos Rodrigues
Bruno Giorgi	Márcio José Mendonça
Charles Ribeiro	Maria José Alves
Cláudio Márcio Moreira	Mayra Cavalcante
Cláudio Silva	Miguel Chicre
Daniel Lima	Nathalie Castro
Diego Lopes	Omar Costa
Dilson Athias	Patrícia Saboya
Dimitri Maia	Rafael Mericias
Edson Costa	Renata Ferreira
Eduardo Araujo	Renato Holanda
Elaine Santana	Renato Neves
Elionay Wanderlan	Ribamar Cruz
Érica Azulay	Ricardo Serruya
Eula Fonseca	Roberta Hannemann
Evandro Ramos	Sabrina Castro
Felipe Brito	Sandro Borges
Fernanda Sousa	Valena Wanzeler
Gabriel Monteiro	Valéria Lima
Gisele Aguiar	Vanessa Mansur
Hérika Sodré	Vespasiano Rubim

Elaboração do PEJEP A 21-26 (2021):

Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão

Sandro Gonçalves Borges

Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica

Roberto de Araújo Moura

Alex Adam Ramos de Aquino

Ana Carolina Leão Alencar

Leila Castro França

Natália Costa Alves

Revisão do PEJEP A 21-26 (2023):

Secretaria de Planejamento

Hérika Carla da Costa Sodré de Souza

Coordenadoria de Estratégia e Planejamento de Eleições

Roberto de Araújo Moura

Seção de Gestão Estratégica e Projetos

Osiel Marlon Negrão da Silva

Karen Ferreira Monteiro

João Martins dos Santos Junior

Kelson Vinicius de Paula Dias



2021 ▶ 2026



APRESENTAÇÃO

O presente Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (PEJEPÁ) é o resultado da participação ativa de todas as Macrounidades da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, aprovado por Resolução do TRE-PA.

Consiste na construção coletiva das diretrizes estratégicas, responsáveis pelo norteamento da atuação do Tribunal, das tomadas de decisão e balizadoras dos caminhos para cumprimento da função social deste Regional.

Seguindo a diretriz de alinhamento dos planejamentos estratégicos dos Órgãos do Poder Judiciário à Estratégia Nacional, prevista no artigo 3º da Resolução CNJ 325/2020, o Planejamento Estratégico terá vigência no período de 2021 a 2026.

A coordenação dos trabalhos estabeleceu-se a cargo da Diretoria-Geral, assessorada pelo Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão. Conforme metodologia específica aplicada, sua operacionalização desdobrou-se em estudos iniciais, aplicação de formulários de pesquisa, construções de mapas e ferramentas administrativas de análise, reuniões com a alta administração e oficinas setoriais por áreas de conhecimento, realizadas no período de março a junho de 2021.

Foram definidos os direcionadores estratégicos, quais sejam: a Missão, a Visão e os Valores da Justiça Eleitoral Paraense, bem como os macrodesafios, segmentados nas perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, a serem enfrentados pela instituição ao longo desse sexênio.

Introdução	07
Metodologia	08
Ciclo da Estratégia	13
Direcionadores Estratégicos	14
Mapa Estratégico	15
Perspectiva Sociedade	16
Perspectiva Processos Internos	18
Perspectiva Aprendizado e Crescimento	24
Disposições Finais	27
Controle de Versões	28

INTRODUÇÃO



O planejamento estratégico é uma ferramenta gerencial utilizada para conduzir a organização no cumprimento de sua missão institucional. Ciente dessa responsabilidade, desde 2007, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará vem empreendendo esforços para garantir a execução de uma nova estratégia a cada ciclo previamente definido.

O último ciclo do planejamento estratégico do Tribunal foi de 2016-2021, aprovado em dezembro de 2015, através da Resolução TRE-PA nº 5.329, o qual foi devidamente alinhado à estratégia nacional do poder judiciário, estabelecida pela Resolução CNJ nº 198/2014.

Para este novo ciclo, foram estabelecidas diretrizes de acordo com a Resolução CNJ nº 325/2020, bem como com as propostas apresentadas pela Rede de Governança Colaborativa. A finalidade precípua é a definição das diretrizes nacionais da atuação institucional dos órgãos do Poder Judiciário para o próximo sexênio.

O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará foi construído por meio de um processo colaborativo entre as unidades que compõem o Tribunal. A metodologia utilizada baseou-se em reuniões com as equipes gestoras para discussão e definição consensual das diretrizes do órgão, bem como em pesquisas documentais nos planejamentos anteriores e nos planos de outros regionais.

METODOLOGIA



Para o ciclo 2021-2026, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará continuará adotando o Balanced Scorecard como metodologia para gerenciamento da estratégia. Esse sistema permite fazer a transposição da visão, da missão e dos macrodesafios da organização em indicadores de desempenho, os quais servirão de base para monitoração periódica da estratégia.

A primeira etapa de construção do plano consistiu na definição dos preparativos iniciais, tais como: a proposta de cronograma e dinâmica de trabalho à Diretoria-Geral e realização de reunião para apresentação do cronograma e metodologia ao Conselho de Governança.

Passo seguinte, ocorreu a definição do diagnóstico estratégico com a aplicação de formulários de pesquisa voltados aos públicos externo e interno, estimulando-se a participação das pessoas na definição dos aspectos basilares do planejamento estratégico.

A partir da tabulação dos dados, foi possível elaborar a Matriz SWOT e os Mapas de Empatia para montar o cenário ambiental e ter a visão dos clientes externos e internos sobre os serviços prestados pelo TRE-PA. Os respectivos documentos foram validados em reunião realizada com a presidência e os representantes das principais unidades do Tribunal.

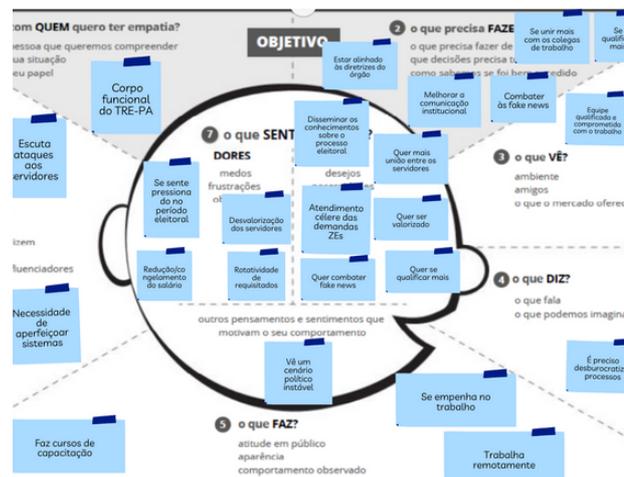
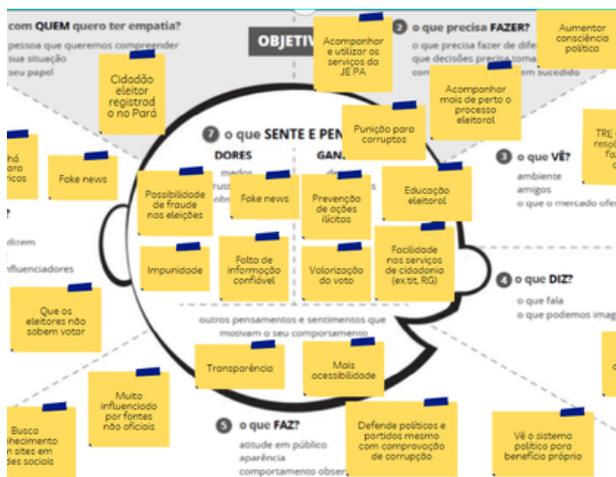
A análise SWOT é um instrumento utilizado no planejamento estratégico que engloba a análise de cenários para tomada de decisões, observando 4 fatores: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, considerando-se os ambientes interno e externo da instituição.

MATRIZ SWOT

<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combate ao assédio moral • Criatividade e Responsabilidade Social • Empenho do corpo funcional • Credibilidade • Transparência • Qualificação Técnica e Comportamental do pessoal • Tecnologia do TRE-PA • Experiência na Gestão de Pleitos • Inovação • Celeridade • Estrutura de Trabalho • Interação entre setores • Reconhecimento dos servidores 	S	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alternância cíclica de curto prazo na estrutura e cargos no Tribunal • Quadro de servidores insuficiente • Falta de dimensionamento da força de trabalho • Baixa divulgação dos serviços da Justiça Eleitoral • Baixa motivação dos servidores • Gestão de pessoas a melhorar • Pouca integração das unidades • Desunião dos servidores • Sistemas carecendo de modernização • Baixa qualificação do pessoal • Pouco contato com o público • Pouca atenção a saúde do servidor 	W
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta de novos serviços e compartilhamentos de informações (cooperação multi-órgãos) • Inovação tecnológica • Evolução digital • Fortalecer a democracia • Procura de informações eleitorais pelo cidadão • Estreitar laços com entidades organizadas • Orçamento Eleitoral destacado 	O	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinformação • Pouca credibilidade perante a sociedade • Ataques às urnas/servidores • Falta de acesso tecnológico do eleitor • Baixa segurança dos dados • Orçamento curto • Pandemia • Corrupção • Redução/congelamento de salários dos servidores 	T

De igual forma, foram desenvolvidos os mapas de empatia. Com esta ferramenta, é possível se colocar no lugar do cliente e compreender o que sente, quais são suas necessidades, desejos e dores.

MAPAS DE EMPATIA



Mapa de empatia - público externo

Mapa de empatia - público interno

DEFINIÇÃO DOS DIRECIONADORES

Em reunião realizada com a participação da Presidente e dos macrogestores do Tribunal, foram discutidos e validados os direcionadores estratégicos, a saber:

Missão



Visão



Valores



Na sequência, foram elencados os macrodesafios de acordo com cada perspectiva: Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

Para a definição dos macrodesafios e indicadores, o GPEG consolidou as sugestões das oficinas e sugeriu aqueles integrantes da Estratégia. Passo seguinte foram realizadas reuniões pontuais com os macrogestores para a pacificação. Os detalhes de medição dos indicadores, abrangência, composição, forma e meta, constarão do Glossário dos Indicadores Estratégicos.

Os indicadores são basicamente dados estatísticos que servem de parâmetro para avaliar a situação de determinado processo ou de uma determinada área dentro da organização.

Na definição dos indicadores foi avaliado o retorno obtido com sua aferição e, quando verificada a viabilidade de sua aplicação, foram estabelecidos os meios, os procedimentos e as ferramentas disponíveis que permitiriam a efetiva obtenção das informações.

Complementarmente, as metas referem-se aos valores definidos para cada indicador a ser alcançado em determinado período de referência proposto. Normalmente, nos planejamentos estratégicos, adotam-se metas anuais.

As metas devem ser suficientemente desafiadoras, contudo, a forma de aferição não pode ser complexa ao custo de desencorajar sua medição e ofuscar os benefícios do indicador. Sendo assim, na definição das metas para esse novo ciclo, o tribunal buscou garantir os seguintes atributos a elas:

- **Específicas**
- **Mensuráveis**
- **Atingíveis**
- **Realistas**
- **Com tempo definido**

Em suma, os indicadores se propõem a agregar valor às atividades desenvolvidas pelas unidades – por meio do monitoramento contínuo – não tendo o condão de engessar determinados procedimentos em detrimento de outros.

Por este motivo, considerando-se que a mensuração e o reporte dos dados competem às próprias unidades consulta, a definição consensual de quais indicadores seriam incorporados ao planejamento proposto foi imprescindível ao processo.



PRINCIPAIS FASES DA FORMULAÇÃO



Novembro e Dezembro de 2020

PLANEJAMENTO INICIAL/
PROPOSTA DE CRONOGRAMA/
APRESENTAÇÃO PARA
CONSELHO DE GOVERNANÇA

Janeiro a Abril de 2021

DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO DE
FORMULÁRIOS DE PESQUISA/
TRATAMENTO DOS RESULTADOS/
MATRIZ SWOT/
MAPAS DE EMPATIA

Mairo 2021

OFICINA DE DEFINIÇÃO DOS
DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS
E VALIDAÇÃO DOS
MACRODESAFIOS

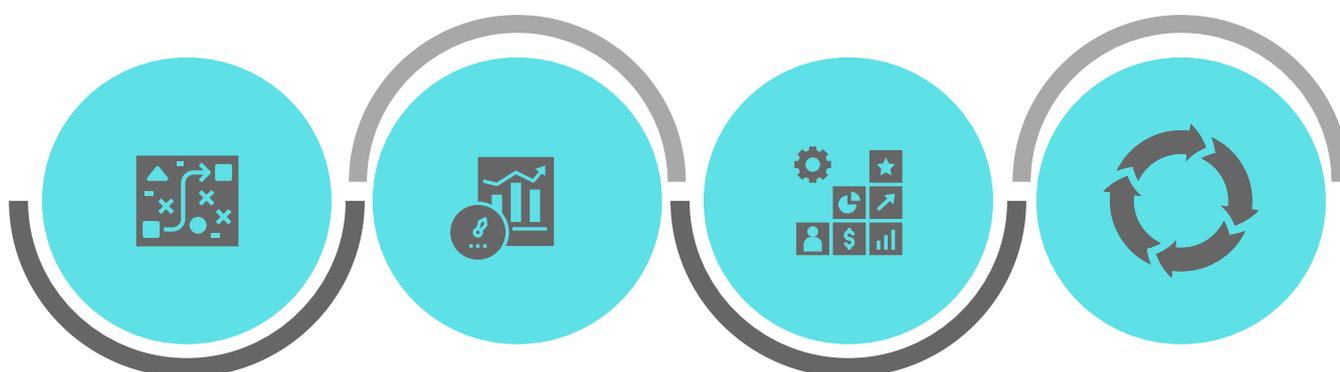
Junho 2021

OFICINAS DE DEFINIÇÃO DOS
MACRODESAFIOS E
INDICADORES ESTRATÉGICOS/
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
FINAL AO CONSELHO DE
GOVERNANÇA

30 de Junho

APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO
DO PLANO

CICLO DA ESTRATÉGIA



Planejamento Estratégico

- Direcionadores Estratégicos
- Macrodesafios

Glossário dos Indicadores

- Indicadores
- Metas

Plano de Gestão

- Iniciativas Estratégicas
- Projetos Estratégicos

Comunicação e Monitoramento

Os direcionadores estratégicos, compostos por Missão, Visão e Valores do órgão, são a orientação que a instituição deve seguir. Fornecem inspiração à tomada de decisão e constituem-se na base do **Planejamento Estratégico**. Através deles, há a definição dos Macrodesafios.

Os Macrodesafios trazem as diretrizes da organização e retratam os principais desafios a serem enfrentados para o alcance de sua Visão e cumprimento de sua Missão. A partir de então, ocorre o desdobramento do plano estratégico em Iniciativas e Projetos, compiladas no **Plano de Gestão**, de modo que as ações do Tribunal sejam coerentes e estejam alinhadas com a orientação geral.

O sucesso do ciclo, e conseqüentemente do Planejamento Estratégico, é determinado pelo cumprimento das metas definidas no **Glossário dos Indicadores Estratégicos**.

Para transformar o sonho em realidade, o esforço contínuo de **Comunicação e Monitoramento** permite compartilhar as diretrizes da organização para as diversas unidades independentemente dos níveis hierárquicos, alinhando as forças da instituição visando trazer níveis de excelência no serviço prestado à Sociedade.

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS



MISSÃO

É o propósito básico para o qual se direcionam as atividades de uma organização. Revela a vocação, a postura da empresa. É atemporal - não tem data de validade.

VISÃO

Traduz a situação futura desejada para a instituição. É a imagem que a organização tem a respeito de si e do seu futuro. Representa o seu sonho de realidade futura, o qual lhe serve de guia. Projeta hoje, o que esperamos realizar no futuro;

VALORES

São princípios fundamentais e permanentes de uma organização e representam as convicções e crenças, que devem nortear a atuação das pessoas nas deliberações gerenciais e desenvolvimento das atividades organizacionais.



MISSÃO

Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral, visando ao fortalecimento da democracia.



VISÃO

Ser reconhecido como órgão de excelência pautado pela inovação e qualidade na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços.



VALORES

- ✓ Acessibilidade
- ✓ Celeridade
- ✓ Credibilidade
- ✓ Efetividade
- ✓ Ética
- ✓ Inovação
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Transparência.

MAPA ESTRATÉGICO

2021 ▶ 2026



Planejamento Estratégico
da Justiça Eleitoral do Pará

2021 ▶ 2026



MISSÃO

Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral, visando ao fortalecimento da democracia.



VISÃO

Ser reconhecido como órgão de excelência pautado pela inovação e qualidade na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços.



VALORES

- ✓ Acessibilidade
- ✓ Celeridade
- ✓ Credibilidade
- ✓ Efetividade
- ✓ Ética
- ✓ Inovação
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Transparência.



SOCIEDADE

- Garantia dos direitos fundamentais e
- Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade



PROCESSOS INTERNOS

- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária;
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;
 - Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios;
 - Promoção da sustentabilidade e
 - Gestão e segurança do processo eleitoral.



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas;
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e
- Fortalecimento da estratégia nacional de tic e de proteção de dados.

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Trata-se de garantir os direitos fundamentais de todas as pessoas, com a facilitação do acesso aos serviços da Justiça Eleitoral, promovendo a inclusão dos diversos atores sociais, em especial das minorias, a conscientização e a formação política, considerando-se as peculiaridades locais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de satisfação do usuário

Acompanha a satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

02. Índice de equidade no atendimento

Mede a distribuição dos atendimentos realizados pelo TRE-PA, a partir de critérios sociais diversos.

03. Índice de Acessibilidade

Apura a eliminação de barreiras existentes de acordo com os aspectos de acessibilidade: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas.

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Trata-se de diversificar as estratégias de comunicação com a criação de mídias educativas e informativas, visando esclarecer e disseminar temas eleitorais, inclusive combatendo a desinformação. Preconiza ainda a integração institucional para eficiência dos serviços públicos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de comunicação institucional

Mensura a abrangência e aderência da comunicação do TRE-PA a partir da avaliação dos critérios legais de transparência e do engajamento do público às ações realizadas

02. Índice de resultado das parcerias institucionais

Mede a eficiência das parcerias firmadas pelo TRE-PA com base nas Metas firmadas em cada parceria

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Refere-se a um conjunto de ações que visam ao aperfeiçoamento de práticas sustentáveis, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o economicamente equilibrado

INDICADOR ESTRATÉGICO



01. Índice de cumprimento das metas do PLS

O índice global de alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS), a partir das práticas institucionais

GESTÃO E SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Trata-se da adoção de estratégias, políticas e práticas que visem ao fortalecimento do processo eleitoral, envolvendo o fomento de inovações voltadas ao atendimento, à identificação do(a) eleitor(a), aos(às) mesários(as) e à logística de realização das eleições.

INDICADOR ESTRATÉGICO



01. Índice de resultado das eleições

Avalia o resultado da realização das Eleições a partir de métricas baseadas nos seguintes aspectos relacionados:

- mesários(as)
- urnas eletrônicas
- apuração
- abstenção
- prazos de julgamento
- identificação do(a) eleitor(a)

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, visando à razoável duração do processo, com a melhoria do sistema de tramitação processual por meio da gestão qualitativa da informação judicial. Envolve o mapeamento e o desenvolvimento de soluções para os pontos críticos que comprometam a prestação jurisdicional e inclui, quando viável, a gestão documental sistêmica e a utilização de técnicas avançadas de computação.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário

Mede o percentual de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário.

02. Tempo de tramitação dos processos

Acompanha o tempo de duração dos processos judiciais de classes relacionadas ao macrodesafio.

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Conjunto de atos que visem à priorização da tramitação de processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de ilícitos eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral do Pará. Trata-se também da promoção de ações de conscientização sobre ilícitos eleitorais, à sociedade e aos órgãos de segurança pública, evidenciando seu papel enquanto atores do mecanismo de fiscalização.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do Poder Judiciário

Mede o cumprimento da Meta Nacional 4 do Poder Judiciário.

02. Tempo de tramitação dos processos

Indica o tempo de duração dos processos judiciais relacionados ao combate à corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, dos processos administrativos disciplinares e dos processos de sindicância

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Trata-se da estruturação de sistema orgânico, com divisão dos assuntos por temas, que facilite e agilize a aplicação interna do sistema de precedentes, a fim de garantir ampliação da segurança jurídica e da uniformidade na prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Eleitoral.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de recorribilidade das decisões

Acompanha o percentual da representatividade de recursos frente aos processos julgados

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de políticas e estratégias aderentes às especificidades locais, produzidas de forma colaborativa pelos atores desta justiça especializada e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à desburocratização, à simplificação de processos internos e adoção das melhores práticas de gestão e governança.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de Governança

Avalia a maturidade de governança institucional em suas várias dimensões, além das práticas de gestão no âmbito do TRE-PA a partir das recomendações de Governança do TCU e do Prêmio de Qualidade do CNJ, quando possível a apuração pelo próprio Regional

02. Índice de aderência às recomendações de auditorias

Mensurar a aderência das áreas auditadas às recomendações da Unidade de Auditoria Interna.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto das políticas, métodos e práticas adotadas para a valorização de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), permeados pela humanização nas relações de trabalho, favorecendo trocas de experiência, promoção da qualidade de vida e saúde, desenvolvimento de competências, distribuição da força de trabalho, criatividade e inovação. A gestão deve ser baseada na produtividade, com vistas ao alcance dos demais objetivos estratégicos da instituição

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de desenvolvimento de competências

Mede a relação entre o oferecimento de ações de treinamento e os respectivos resultados no desenvolvimento das competências individuais.

02. Índice de saúde e qualidade de vida no trabalho

Mensura as questões ambientais internas, as ações voltadas à saúde e o grau de satisfação, motivação e desempenho dos agentes públicos da instituição.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à necessidade de dimensionar, racionalizar e priorizar a programação e alocação dos recursos, mediante gestão participativa com os setores do Tribunal, alinhados aos objetivos estratégicos, visando alcançar a eficiência da gestão administrativa, da prestação jurisdicional e da gestão das eleições

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de execução de projetos estratégicos

Acompanha a alocação dos valores discricionários aprovados no orçamento e sua utilização e vinculação aos investimentos e projetos no TRE-PA

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Aplicação das melhores práticas de governança de TI, modernização da infraestrutura de TIC, garantia da disponibilidade dos serviços, alinhamento com as principais normas e sistemas que garantam a proteção e segurança de dados, promoção da inovação em soluções multiplataforma, quando viável, com uso de inteligência artificial para aprimorar o atendimento ao cidadão(ã) e otimização dos processos de negócio.

INDICADORES ESTRATÉGICOS



01. Índice de continuidade

Abrange a medição do percentual de disponibilidade e desempenho dos serviços de rede e sistemas informatizados.

02. Índice de atualização do parque computacional

Mede o índice de computadores compatíveis com a necessidade atual do Órgão.

03. Índice de automatização de processos de trabalho

Mede o percentual do processo de negócio automatizado por cada entrega de sistema informatizado

04. Índice de cumprimento de requisitos de Proteção de Dados

Mede o percentual de cumprimento da implantação dos requisitos relacionados à Proteção e Segurança de Dados

DISPOSIÇÕES FINAIS



O presente Planejamento Estratégico visa auxiliar a Administração no cumprimento de sua missão institucional por meio do envolvimento de todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o alcance dos resultados pretendidos, aperfeiçoando, assim, as práticas adotadas em benefício da sociedade paraense.

Os Macrodesafios delineados neste plano serão desdobrados em diversas ações orquestradas para pautar a atuação institucional no período de vigência desta estratégia, permitindo a racionalização dos recursos e esforços em prol da sociedade.

A partir da orientação às unidades quanto aos resultados a serem alcançados para o ciclo 2021-2026, o Tribunal deixa claro a importância de cada um para esse empreendimento, sendo feito o convite para a participação e o engajamento de todos.

Dessa forma, o Planejamento Estratégico é o desfecho do encadeamento de experiências dos diversos setores componentes do Tribunal ao longo dos anos, não possuindo, entretanto, a pretensão de ser definitivo, mas, tão somente, o início de uma grande reflexão que redunde na prestação excelente dos serviços públicos que constituem a razão da existência desta Justiça Eleitoral.

CONTROLE DE VERSÕES

VERSÕES DO DOCUMENTO

Versão Inicial - junho de 2021

Resolução TRE-PA nº 5.685/2021.

Versão Revisada - setembro de 2023

Portaria TRE-PA nº 22.470/2023.

ALTERAÇÕES DA VERSÃO INICIAL

JUNHO DE 2021

INDICADOR - ÍNDICE DE PROLAÇÃO DE DECISÕES MONOCRÁTICAS

Exclusão do indicador estratégico, segundo portaria TRE-PA nº 21.480/2022, publicada no DJE-PA em 05 de dezembro de 2022.

SETEMBRO DE 2023

REVISÃO GERAL DO DOCUMENTO E ALTERAÇÃO DA IDENTIDADE VISUAL

Revisão geral do texto e diagramação do documento utilizando a nova identidade visual do PEJEP A 21-26;
Inclusão da composição atual da Corte e Secretaria;
Inclusão de títulos e numeração de páginas;
Atualização do sumário do documento.



**PEE
JEE
PA**

Planejamento Estratégico
da Justiça Eleitoral do Pará

2021 ▶ 2026



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DO PARÁ